



VIII Congreso Latino-Americano de Ciência Política

Lima, 22 a 24 de julho de 2015

Área temática: Relações Internacionais

**O PAPEL DA INTEGRAÇÃO REGIONAL
NA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA:
É POSSÍVEL DETERMINAR UM PERFIL DE ATUAÇÃO?¹**

Elze Camila Ferreira Rodrigues²

(Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais

San Tiago Dantas – UNESP-UNICAMP-PUCSP)

¹ Trabalho preparado para apresentação no VIII Congresso Latino-Americano de Ciência Política, organizado pela Associação Latino-Americana de Ciência Política (ALACIP). Pontifícia Universidade Católica do Peru, 22 a 24 de julho de 2015.

² Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (Unesp-Unicamp-PUCSP). Contato: elzerodrigues@gmail.com.

O papel da integração regional na política externa brasileira: é possível determinar um perfil de atuação?³

Elze Camila F. Rodrigues⁴

RESUMO

A tentativa de determinar um padrão de atuação internacional é um debate recorrente nos estudos de Política Externa Brasileira. Diversos pontos de vista já foram propostos e questionados por estudiosos levando a diferentes direções. Diante disso, na verdade, é possível dizer que as perguntas sobre o tema têm respostas que dependem em grande medida do recorte contextual abordado.

Assim, esse trabalho busca enxergar um padrão na política exterior do Brasil especificamente para a integração regional. Espera-se, diante desse recorte, analisar de forma empírica políticas e atitudes da diplomacia brasileira em processos de integração e, assim, poder afirmar se há um padrão ou não.

Por meio desse método, o objetivo é tentar responder perguntas recorrentes sobre política externa brasileira e integração regional. O Brasil é um protagonista da integração regional? O Brasil é o *paymaster* dos processos de que participa? Qual é o papel da integração regional na política externa brasileira? O objetivo principal desse artigo é olhar a integração regional partindo do doméstico em direção à dinâmica internacional: o tratamento que lhe é conferido na política externa brasileira. Ou seja, a proposta é compreender o local da integração regional na política exterior do Brasil para, assim, entender seu *modus operandi* na dinâmica dos processos.

Em um primeiro momento, haverá uma contextualização dos processos de integração dos quais o Brasil faz parte. Em um segundo momento, um levantamento bibliográfico sobre política externa brasileira, mais especificamente sobre aquilo que trata de integração regional. Por fim, um material complementar o outro para que seja possível chegar à resposta para a pergunta: o Brasil tem um perfil de atuação para a integração regional?

Palavras-chave: Política Externa Brasileira – Integração Regional

1 Introdução

Embora o tema aqui proposto seja recorrente entre os estudos de política externa brasileira e de processos de integração regional, é importante dar prosseguimento a sua análise. É necessário lembrar, por isso, de sua grande relevância no campo de estudo das Relações Internacionais, já que é um tema que, sem esforço, pode ser percebido no cotidiano da população dos países envolvidos nos processos de integração. Além disso, sua renovação é constante, o que faz com que a atualização de seus estudos precise seguir o mesmo ritmo.

³ Trabalho preparado para sua apresentação no VIII Congresso Latino-Americano de Ciência Política, organizado pela Associação Latino-Americana de Ciência Política (ALACIP). Pontifícia Universidade Católica do Peru, 22 a 24 de julho de 2015.

⁴ Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (Unesp-Unicamp-PUCSP).

No primeiro momento deste artigo, serão discutidos os processos de integração regional de forma conceitual. Para isso, será necessária uma revisão bibliográfica de três correntes relevantes de pensamento sobre a temática: a neofuncionalista, a intergovernamentalista e a construtivista. Embora todas partam de uma visão eurocêntrica, seu comparativo com o que acontece nas Américas não deixa de ser produtivo.

Para a segunda parte, está reservado um levantamento das ações brasileiras em três processos de integração: a ALCA, o Mercosul e a Unasul. Assim, espera-se enxergar qual foi o comportamento brasileiro nesses processos entre o fim do século e XX e começo do XXI. Além disso, caberá aqui uma discussão sobre o papel brasileiro nesses processos, especialmente sobre sua questionada liderança.

Por fim, a análise no sentido contrário: o que levou o Brasil a se comportar dessa forma nesses contextos? O objetivo desse trabalho é, a partir dessa análise da integração regional na formulação da política externa brasileira, determinar se há um padrão de atuação no seu relacionamento multilateral com seus vizinhos. Ou seja, a partir das políticas e atitudes da diplomacia brasileira em contextos de integração, ser capaz de afirmar se há ou não um perfil de atuação.

2 Processos de integração regional

O mais comum modelo de processo de integração regional para os estudiosos é o da União Europeia. Isso acontece porque, dentro de suas possibilidades, é, hoje, o experimento integracionista mais bem sucedido e longevo. Sendo assim, é possível, a partir do que foi dito sobre a UE extrair conceitos sobre o que seriam os processos de integração regional.

Ernst Haas (1958) fez uma revisão da perspectiva funcionalista aplicando-lhe de forma empírica ao caso da integração europeia. Esse neofuncionalismo de Haas pretendia não apenas prestar-se ao caso europeu, mas também servir como base para outros processos de integração.

O neofuncionalismo de Haas tem forte crença em valores federalistas, embora não o pregue como modelo a ser seguido. Assim, é possível dizer que essa perspectiva une aspectos tanto de federalismo quanto do funcionalismo em uma tentativa de significar não apenas para o caso europeu, mas para outros casos em que uma “integração política” gere uma “comunidade política”. (HAAS, 1958)

“Political community, as here defined, need not presuppose the emergence of a federal state, though this is one possibility and certainly the aim of many contemporary European statesman and thinkers.” (HAAS, 1958, p. 7)

Observando o caso da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) e seus desdobramentos, Haas conclui que um paulatino processo de integração em áreas específicas pode transbordar para as demais áreas, o que gera apoio para novas arenas políticas e, gradualmente, transfere a lealdade antes pertencente aos Estados para essa nova autoridade supranacional.

“Political community, therefore, is a condition in which specific groups and individuals show more loyalty to their central political institutions than to any other political authority, in a specific period of time and in a definable geographic space.” (HAAS, 1958, p. 5)

Sob esse ponto de vista, as organizações internacionais, foros que possibilitam que a autoridade supranacional exerça controle sobre a cooperação e o conflito, são atores centrais no processo de integração visando à criação de uma comunidade política.

Haas ainda lembra a importância que a elite, formadora de opinião e tomadora de decisões, tem nesse ambiente, especialmente representada pelos partidos políticos.

“Political integration is the process whereby political actors in several distinct national settings are persuaded to shift their loyalties and expectations and political activities toward a new center, whose institutions possess or demand jurisdiction over the pre-existing national states. The end results of a process of political integration are a new political community, superimposed over the pre-existing ones.” (HAAS, 1958, p. 16, grifo do autor)

Essa inclusão da dimensão política na abordagem de Haas é sua grande inovação quanto ao funcionalismo. Ao trazer para o processo de integração novos elementos além da crença no transbordamento da racionalidade técnica, Haas rebate críticas feitas na credulidade do funcionalismo de que a intervenção política não seja necessária para o processo acontecer. Assim, o neofuncionalismo acredita que o transbordamento leva a um processo integracionista, mas também que é necessário compreender como os grupos agem dentro do Estado pressionando e convencendo seus representantes para a supranacionalidade de seus interesses. O transbordamento, então, depende também das decisões tomadas no âmbito doméstico e dos acordos que possam solucionar possíveis controvérsias que possam atrapalhar o processo de integração.

Já em uma perspectiva intergovernamentalista como a de Moravcsik, a visão sobre a integração regional fica vinculada a uma ideia mais racionalista do institucionalismo. Diferentemente do neofuncionalismo de Haas, o intergovernamentalismo liberal não faz referência à convergência entre as elites dos Estados a se integrar. Na verdade, Moravcsik chama a atenção para a necessidade de acordo entre os grupos no ambiente doméstico. Assim, considera que há a possibilidade de que haja convergência entre os grupos dentro do Estado para um objetivo comum.

Nas democracias, como é o caso europeu, é característico que esses interesses modifiquem-se ao longo do tempo. Dessa forma, é importante estar atento a quais interesses estão prevalecendo naquele momento específico. Não é possível determinar esses interesses em uma observação do dia-a-dia das negociações, uma vez que sua variação é mínima. Na verdade, esses interesses podem ser determinados por meio de uma ótica macro, diante da *big picture*.

O transbordamento, segundo Moravcski, não ocorre em sua totalidade, como esperado pelo neofuncionalismo. Ele só é possível em setores que estejam mais propensos a fazê-lo e as instituições interacionais, na verdade, não são o grande destino do sistema internacional.

Retomando a ótica estatocêntrica que foi deixada de lado por Haas, o intergovernamentalismo liberal de Moravcski chama a atenção para a formação da preferência nacional, o que gera o comportamento racional dos Estados, que avalia o custo-benefício da integração e leva em consideração os interesses nacionais colocados pelas pressões internas.

A intenção de Moravcski era de elaborar um arcabouço teórico que fosse capaz de abranger além dos processos de integração regional. sua visão intergovernamentalista deveria ir além, auxiliando na compreensão de fatores domésticos e de outras formas de cooperação.

“Liberal Intergovernmentalism is a ‘grand theory’ that seeks to explain the broad evolution of regional integration. LI is a theoretical synthesis or framework, not a narrow theory of a single political activity. It argues that one cannot explain integration with just one factor, but instead seeks to link together multiple theories and factors into a single coherent approach

appropriate to explaining the trajectory of integration over time.”
(MORAVCSIK e SCHIMMELFENNIG, 2009, p. 68)

Além do comportamento racional dos Estados, também é importante no intergovernamentalismo liberal a ideia de interdependência. Seguindo sua abordagem abrangente, Moravcski vê a cooperação como uma escolha em busca da eficiência para o alcance dos interesses estatais no âmbito internacional. Essa escolha é fortemente influenciada pela crescente interdependência em que se encontram os Estados, levando a essa necessidade.

Assim, para o intergovernamentalismo, a coordenação de integração regional tem como objetivo racional a maximização dos interesses nacionais e a maior redução dos custos possíveis para alcançá-los. O argumento de Moravcski é que essa forma de integração implica em menores custos para a soberania estatal, já que a cooperação tornou-se inevitável. Em um ambiente de negociações e cooperação, as incertezas podem ser reduzidas.

É possível, ainda, enxergar os processos de integração sob uma ótica construtivista. Wendt (1999), em seu livro *Social Theory of International Politics* afirma a centralidade das ideias em sua perspectiva das relações internacionais. Isso significa que o mundo – e, conseqüentemente, os processos de integração – são socialmente construídos, ou seja, tudo isso resulta das ideias e dos valores dos agentes envolvidos em sua construção.

A crítica de Wendt ao neofuncionalismo e ao intergovernamentalismo reside justamente em sua falta de ênfase no processo de construção das ideias e dos valores que levam à integração regional. Uma vez que ideias e valores estão extremamente sujeitos a mudanças, assim também está a política internacional.

Para Wendt, os Estados são sim atores de integração regional, mas não são os únicos. A eles é possível atribuir qualidades racionais, mas é preciso levar em consideração que, antes da formação dos interesses nacionais, são formadas as identidades que neles influenciam. Assim, a proposta de Wendt é fornecer instrumentos de análise para entender a formação de identidades coletivas e, dessa forma, lidar com a lacuna deixada pelas demais teorias quanto à explicação endógena. Isso é relevante porque

“Collective interests mean that actors make the welfare of the group an end in itself, which will in turn help them overcome the collective action problems that beset egoists. When their culture is threatened well-socialized actors will tend instinctively to defend it. Actors are still rational, but the unit on the basis of which they calculate utility and rational action is the group.”
(WENDT, 1999, p. 337)

É possível dizer que a ocorrência de cooperação não se deve, portanto, à estrutura ou à harmonia de interesses. Na verdade, o que ocorre é um contínuo de identidades, sejam cooperativas, sejam anarquistas. Assim, além do contexto material, deve ser levado fortemente em consideração, o interesse subjetivo para o entendimento dos processos de integração, que contribuem para a interação internacional produzindo e ensinando normas em nível regional.

“The interactionist model of how identities are learned centers on the mechanism of rejected appraisals. Actors learn to see themselves as a rejection of how they are appraised by significant Others. The key variable here is how the Other treats or ‘casts’ the Self, weighted by power and dependency relations. Identities must still be ‘taken’ by the Self, an issue to which rational choice theory speaks, but the emphasis in interactionism is on

the representational practices of the Other that structure the choices of the Self, not on those choices themselves.” (WENDT, 1999, p. 341)

Entretanto, como já foi dito anteriormente, essa é uma visão eurocêntrica dos processos de integração regional. Esses marcos teóricos serão utilizados ao longo desse trabalho porque têm sim valor acadêmico e pujança para contribuir com a reflexão da integração das Américas, ainda assim.

Existem diversos processos de integração correntes nas Américas. O Brasil faz parte de cinco processos vigentes: o Mercado Comum do Sul (Mercosul), a União das Nações Sul-Americanas (Unasul), a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) e a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), além de outros que fracassaram em suas negociações, como a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Dentre esses, destacaram-se nas últimas duas décadas na política externa brasileira a ALCA, o Mercosul e a Unasul.

A ALCA foi proposta pelos EUA durante a década de 1990 com o objetivo de eliminar barreiras alfandegárias dentro das Américas até 2005. Na Cúpula das Américas de 1994, em Miami, o então presidente Bill Clinton apresentou a Declaração de Princípios e o Plano de Ação a ser seguido para a implantação do bloco. Grandes dificuldades foram encontradas a partir daí, a começar pelas significativas disparidades entre as economias do continente, o que levou a um desinteresse generalizado, especialmente na América do Sul. Desde 2005, o projeto está estagnado, mas é uma representação da aplicação do liberalismo econômico que envolveu as três Américas.

Já o Mercosul e a Unasul são iniciativas sul-americanas e de grande abrangência na integração regional. O Mercosul já abrange, além do Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Venezuela, o que equivale a cerca de 72% do território e 77% do PIB sul-americanos. O bloco, fundado em 1991 com o objetivo de tornar-se um mercado comum, hoje se encontra em um estágio imperfeito de união aduaneira, pois há diversas falhas em sua política comercial intrabloco. Mesmo assim, o comércio entre os seus membros apresentou significativa intensificação desde sua celebração. Apesar de prever alguns aspectos de cunho político, estrutural, social e cultural, a ênfase do Mercosul é basicamente econômica e comercial.

A Unasul faz parte de um processo relativamente recente de superação da desconfiança existente entre os países sulamericanos. A partir de seu estabelecimento, os países-membros (atualmente, Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela) passaram a articular-se em torno de áreas estruturantes (energia e infraestrutura, por exemplo) para coordenar posições políticas. Assim, têm como objetivo agir como um bloco e não mais de forma isolada de seus vizinhos. O aspecto político é de grande relevância no bloco, que tem entre seus objetivos o fortalecimento da democracia na América do Sul. Por isso, tem figurado como instrumento de resolução de tensões regionais, como a crise separatista encarada pela Bolívia em 2008 e a controvérsia entre Colômbia e Venezuela em 2010, além da instituição do Conselho de Defesa Sul-Americano.

3 A política externa brasileira e os processos de integração regional

A integração com os países da América Latina é princípio fundamental programado na Constituição Brasileira de 1988. Está prevista, ainda no texto constitucional, inclusive, a formação de uma comunidade latino-americana de nações. (BRASIL, 1988) Mas, da mesma forma que a Constituição trata de várias outras prioridades para o Estado Brasileiro, assim também tratam seus formuladores de política externa.

O Brasil é um país de diversidade inegável e que se aplica a diversos aspectos. Assim, sua formulação de políticas públicas precisa atender interesses divergentes e prioridades diversificadas. Exemplo disso é a atuação brasileira nos três processos de integração regional referidos neste trabalho.

Nas negociações para a implementação da ALCA, a diplomacia brasileira manteve um perfil de protetador do processo. Ao invés de simplesmente negar que o prosseguimento dos debates, o Brasil colocou entraves múltiplos para o seu sucesso. Esse comportamento aconteceu porque, apesar do crescimento do fluxo de comércio entre os EUA e o Brasil, a liberalização trouxe déficits na balança comercial brasileira. Os EUA agiam de forma não recíproca em sua política comercial e isso aumentava o desinteresse brasileiro em uma possível integração com a América do Norte.

A diplomacia brasileira adotou uma estratégia de gradualismo nas negociações para a ALCA, indicando alguma preferência, na verdade, pela não negociação. Ou seja, para o Brasil, o melhor caminho seria postergar qualquer resolução ao máximo. Em seu contexto doméstico, o país passava por reformas que orientavam sua economia para o mercado e precisava ganhar tempo até uma estabilização. Esse perfil de negociador tem origens históricas na diplomacia brasileira e é de seu feitio adiar uma tomada incisiva de posição, o que levaria a um isolamento no continente e a um confronto direto com a potência.

Nas negociações para a ALCA, muito se pode apontar sobre fatores domésticos que geraram o desinteresse brasileiro. A proposta da ALCA pouco interessava aos grupos econômicos brasileiros, que viam nela grandes desvantagens, principalmente quando comparadas ao contexto que o Mercosul oferecia à época. Sendo assim, a diplomacia brasileira valeu-se de sua credibilidade, legitimidade e poder de barganha para postergar as negociações até sua dissolução. (SANTANA, 2001)

Hoje, por meio de declarações que foram dadas por personagens da negociação, e por conta do distanciamento histórico, é possível dizer que o papel brasileiro foi de barrar a ALCA de uma maneira alternativa e sem criar atritos diretos com os EUA.

No caso do Mercosul, em meio à onda liberalizante da década de 1990, o Brasil enxergou uma oportunidade de atingir mais mercados. Assim, um processo de aproximação com a Argentina que já durava alguns anos, veio a calhar como uma boa semente para a expansão comercial brasileira na América do Sul.

“Da perspectivas da diplomacia brasileira, a união aduaneira do Mercosul não apenas fortaleceria o poder de barganha do Brasil nas negociações hemisféricas, mas também poderia constituir uma plataforma para um projeto de inserção global, autônoma, colocando o País no mapa dos blocos internacionais.” (MELLO, 2002, p. 38)

A Unasul tem o condão de reunir sob a mesma cúpula países com governos de orientações diversas. Sendo assim, contempla interesses que vão além do comercial. Para o Brasil do início dos anos 2000, que busca visibilidade global como *player*, a Unasul foi uma oportunidade de “mostrar serviço” em situações que poderiam conceder-lhe um lugar entre as potências globais. O caráter estritamente sulamericano da Unasul, que paulatinamente substituiu a OEA na região, alça o Brasil a um alto patamar que não precisa dividir com os EUA.

“Una primera aproximación gira em torno a los intereses de los países de América del Sur para resolver algunas cuestiones relacionadas estrictamente com los países a nível regional, sin injerencias externas. Em la práctica, este significaría la eliminación de estos temas dentro de la OEA para discutirlos y resolverlos dentro de UNASUR. El área de cobertura de la OEA (de la que

son también parte de México, otros países de América Central y Estados Unidos) a menudo genera que la organización tome medidas que se acercan poco a los intereses de América del Sur.” (BARNABÉ, 2013, p. 97)

É interessante notar que o foco brasileiro na integração regional, apesar de não restringir-se à América do Sul, tem nessa área grande interesse. Pode-se dizer que isso acontece porque dentro da enorme diversidade existente entre os países das Américas, o Brasil tenha encontrado mais harmonia de interesses entre seus vizinhos. Mas também é possível mencionar que essa é uma tendência encontrada em muitos dos seus pares, que veem na cooperação intrarregional uma alternativa para sua inserção internacional.

“(…) a heterogeneidade dos processos de integração comercial parece induzir a constituição de iniciativas de cooperação regional que têm um elemento em comum: a exclusão dos dois principais atores norte-americanos: os Estados Unidos e o Canadá.” (LIMA, 2013, p. 187)

Diante do que foi aqui exposto, então, é possível dizer que o Brasil exerce na América do Sul algum tipo de liderança? “Algum tipo” significa que há mais de uma forma de liderar. Da mesma maneira que as prioridades brasileiras podem ser diversas, assim também podem ser a forma de liderar. O Brasil não é *paymaster* e não tem interesse de sê-lo nesse momento. No entanto, até onde seus interesses podem ser satisfeitos, está disposto a lidar com alguns dos encargos da liderança.

Os processos de integração regional são, portanto, elementos estratégicos da política externa brasileira, mas não são sua prioridade número um. Existem muitos outros elementos importantes na inserção internacional do Brasil, como seu pleito a um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, sua liderança na MINUSTAH, sua forte presença comercial e política na África, dentre outros.

4 É possível, então, estabelecer um padrão para a atuação brasileira nos processos de integração regional?

O padrão que há reside apenas no objetivo que a diplomacia brasileira sempre busca nos processos de integração regional: uma estratégia de inserção internacional. No entanto, o comportamento brasileiro varia conforme o contexto, de acordo com o interesse nacional que perdura desde o século XX, o seu desenvolvimento.

Em um primeiro momento, sob um viés desenvolvimentista e, agora, baseado em um discurso que se justifica por uma perspectiva mais social e de diminuição de desigualdades, o desenvolvimento nacional esteve sempre entre as motivações brasileiras para a integração e todas as suas outras medidas de política exterior.

Essa mesma motivação é o que explica a atual atitude brasileira na integração sul-americana, em que se apresenta apenas como um espectro de liderança regional. Falta ao país características de um poder regional, como a capacidade e a vontade de liderar, o amplo reconhecimento como líder e a inquestionável influência política na região. O discurso diplomático do Brasil mostra-se sempre com um perfil baixo e quase sempre de caráter conciliatório. (LIMA, 2013)

A integração sulamericana faz parte da estratégia brasileira de aquisição de mais poder através de uma agenda de difusão do poder global. Assim, a América do Sul é importante para a geopolítica brasileira porque é sua plataforma de inserção global. A criação do Conselho de Defesa Sul-Americano no âmbito da Unasul foi um êxito dessa política brasileira. Mesmo que a segurança internacional seja dominada pelos EUA e seus principais aliados ocidentais, a liderança do Brasil nesse processo demonstrou sua vontade de ser *global player* também em agendas de segurança. A coalização criou, então, um contexto em que as potências tradicionais com mais frequência precisarão

negociar com países emergentes os termos da governança da segurança internacional. (CHRISTENSEN, 2013)

“Hoje, o Brasil pode ser visto na liga dos países globalizadores de estilo conciliador e alternativo. Mais do que qualquer outro momento de sua história, o país voltou-se mais para o exterior a partir de uma perspectiva diplomática e de negócios. (...) Não é o começo de um regionalismo econômico Pan-América do Sul, mas trata-se de um bom começo com uma base material, que precisa ser protegida e promovida.” (TUSSIE, 2013, pp. 266-267)

Assim, na América do Sul, o Brasil vê na integração uma forma de reduzir e até mesmo eliminar antigas desconfianças que dificultam seu lançamento como ator de relevância global. O país precisa de credenciais regionais para encarar o sistema internacional na posição que almeja.

REFERÊNCIAS

BARNABÉ, Israel R. Política exterior brasileira e integración sudamericana. ACOSTA, Willy S (ed.). **Política internacional e integración regional comparada em América Latina**. San José, CR: FLACSO, 2014.

BRASIL. **Constituição Federal**. 1988.

CHRISTENSEN, Steen F. Brazil's foreign policy priorities. **Third World Quarterly**, 34(2), 2013. P. 271-286.

HAAS, Ernst B. **The uniting of Europe: political, social and economic forces**. Stanford: Stanford University Press, 1958.

LIMA, Maria Regina S. **Relações Interamericanas: a nova agenda sul-americana e o Brasil**. Lua Nova, 90, 2013. P. 167-201.

MELLO, Flavia de Campos. Política brasileira e os blocos internacionais. **São Paulo em perspectiva**, 16 (1): 37043, 2002.

MORAVCSIK, Andrew. The European constitutional compromise and the neofunctionalist legacy. **Journal of European Public Policy**. Vol. 12, n. 2, abril 2005. P. 349-386.

_____, Andrew e SCHIMMELFENNIG, Frank. “Liberal Intergovernmentalism” in WIENER, Antje e DIEZ, Thomas (eds.). **European Integration Theory**. Oxford: Oxford University Press, 2009. (p. 67-87)

SANTANA, Helton R. P. Grupos de interesse e a política externa brasileira para a ALCA. **Contexto Internacional**. Rio de Janeiro, vol. 23, nº 1, janeiro/junho 2001, pp. 167-196.

TUSSIE, Diana. Os imperativos do Brasil no desafiador espaço regional da América do Sul: uma visão da economia política internacional. **Lua Nova**, 90, 2013. P. 243-270.

VIGEVANI, Tullo; OLIVEIRA, Marcelo. F. e CINTRA, Rodrigo. Política externa no período FHC: a busca de autonomia pela integração. **Tempo Social – USP**, novembro de 2003. P. 31-61

WENDT, Alexander. **Social Theory of International Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003